

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006266-78.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título**  
 Embargante: **Azouri Comércio Administração e Participações Ltda.**  
 Embargado: **Justiça Pública**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A embargante Azouri Comércio Administração e Participações Ltda. opôs os presentes embargos à execução que lhe promove o Ministério Público do Estado de São Paulo, alegando: a) a necessidade de concessão de efeito suspensivo aos embargos; b) que, sob o pálio do revogado Código Florestal (Lei 4.771/65), a embargante firmou em 14/06/2007 um termo de compromisso perante o Ministério Público obrigando-se a averbar nas matrículas dos imóveis, a título de reserva legal, áreas de vegetação que deveriam ser apontadas em trabalho técnico e manter áreas de preservação permanente e de reserva florestal legal, sob as diretrizes do DEPRN, as quais deveriam corresponder a 20% da totalidade referida nas matrículas, ou seja, 19,633 ha a cada cinco anos, iniciando-se em 2010 e findando-se em 2025; c) que a cláusula 2.3 deixou ao talante do Ministério Público a forma com que deveriam se dar os trabalhos e a extensão da recuperação, conduzindo à nulidade da avença, pois a embargante não teve a possibilidade de escusa por não ter sido, sequer, assistida por advogado; d) que a jurisprudência firmou entendimento de que, embora o Termo de Ajustamento de Conduta tenha sido firmado na vigência do revogado Código Florestal, devem ser aplicadas as disposições do novo Código (Lei 12.651/2012 e Lei 12.727/2012); e) que o TAC deve ser ajustado à nova legislação, permitindo a inscrição da área de reserva legal no Cadastro Ambiental Rural para posteriormente regularizar eventuais passivos ambientais no Programa de Regularização Ambiental; f) que essa providência depende da elaboração de um novo projeto por técnico habilitado, porque existem áreas de preservação permanente que deverão ser consideradas para efeito do cômputo no cálculo percentual da Reserva Legal dos Imóveis, conforme permite o artigo 15, da Lei 12.651/2012; g) que pretendem os embargantes seja o TAC adaptado às normas


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

do atual diploma, arrimando-se o pleito de anulação em diversos fundamentos; h) que a embargante já cuidou de recompor grande parte da área; i) de acordo com as novas diretrizes, a embargante terá obrigatoriamente que conservar APP de 17,0941 ha, vegetação nativa de 52,4645 ha, reserva legal em igual número, sendo a exigência contida no TAC bem superior aos valores numéricos atuais, não havendo como atribuir força executiva a esse documento; j) que o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo firmou entendimento no sentido de que a legislação nova, especialmente a que instituiu o novo Código Florestal e subsequente alteração legislativa tem aplicação imediata; k) que, assim, o título no qual se lastreia a execução é nulo. Ao final, requer: i) seja decretada a nulidade da execução pela inexistência de título hábil; ii) sejam estabelecidas novas regras para o cumprimento da obrigação ambiental, segundo o disposto no novo Código Florestal.

Os embargos não foram recebidos no efeito suspensivo (folhas 73).

O Ministério Público, em impugnação de folhas 77/144, alega: a) que tramitou pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São Carlos o Inquérito Civil nº 61/2002 – MA, no curso do qual, em 14/06/2007, foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC); b) que a embargante se comprometeu a: i) no prazo de 30 dias da assinatura do termo, deveria aprovar junto ao DEPRN os trabalhos (planta, memórias e georeferenciamento) e o plano de recuperação, com reposição florestal (até o estado de clímax), das áreas formadoras da Reserva Legal que não tenham cobertura vegetal nativa; ii) recuperar 19,633 ha. a cada cinco anos, iniciando-se em 2010 e findando-se em 2015; c) todavia, a embargante não cumpriu integralmente as referidas obrigações, mas apenas parcial, quer no tocante do plantio de mudas, quer no que diz respeito à manutenção, o que levou à execução do título; d) que o artigo 5º, § 6º, da Lei 7.347/85 determina que os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial; e) que a lei não exige qualquer formalidade para concretização do TAC, mormente no que se refere à presença de advogado para assistir os interessados, razão pela qual não prospera a arguição de nulidade do título; f) que melhor sorte não



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

assiste ao pedido da embargante no que tange à aplicação das novas regras para o cumprimento da obrigação ambiental, segundo o que dispõe o novo Código Florestal, pois o TAC foi firmado em 14 de junho de 2007, sob a égide do antigo Código Florestal, tratando-se de ato jurídico perfeito; g) que não obstante a embargante tenha protocolizado o respectivo Cadastro Ambiental Rural e já cuidou de recompor grande parte da área objeto da demanda, para regularização ambiental é necessário que o interessado informe a existência do Termo de Compromisso que tenha por objeto a recuperação ambiental, com indicação da área compromissada para a recomposição ou preservação, do órgão ou entidade tomador da obrigação e a data de sua celebração; h) não obstante a embargante tenha se comprometido à recuperação da vegetação nativa da Reserva Legal na proporção de 19,633 ha. a cada cinco anos, iniciando-se em 2010 e, com o encerramento do ano de 2015 deveria estar completa, porém, até o momento, foi realizado apenas o plantio de mudas de espécies nativas em área de aproximadamente 7,36 ha.

Réplica de folhas 149/158.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil.

Aduz a embargante, em síntese: a) nulidade da execução pela inexistência de título executivo; b) a necessidade de se estabelecer novas regras para o cumprimento da obrigação ambiental, nos termos do atual Código Florestal.

De início, não há qualquer nulidade a ser declarada com relação ao compromisso assumido pela embargante no Termo de Ajustamento de Conduta sem a assistência de advogado, porque não há qualquer imposição legal acerca da necessidade dessa assistência, sendo o órgão do Ministério Público legitimado para tomar compromissos através de ajustamento de conduta, mediante cominações, com eficácia de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

título executivo extrajudicial. Inteligência do artigo 5º, § 6º, da Lei 7.347/85.

Não procede, outrossim, a pretensão da embargante de aplicação do novo Código Florestal ao Termo de Ajustamento de Conduta, diante dos princípios da irretroatividade da lei e do ato jurídico perfeito. Inteligência do artigo 6º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/42).

**Nesse sentido:**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TAC firmado entre as partes durante a vigência do Código Florestal revogado para demarcação, averbação e recuperação de área de reserva legal. Pretende a agravante a aplicação do novo Código Florestal. IMPOSSIBILIDADE. Acordo realizado sob a égide do antigo diploma legal. Inviável a retroatividade da lei. Princípio do "tempus regit actum" NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO (Agravado de Instrumento 2020149-95.2014.8.26.0000 Relator(a): Ruy Alberto Leme Cavaleiro; Comarca: Santo Anastácio; Órgão julgador: 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente; Data do julgamento: 02/10/2014; Data de registro: 06/10/2014).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Apelação – Execução de TAC - Embargos à execução rejeitados em primeira instância – Descumprimento – Medidas concretas para a averbação de reserva legal tomadas apenas após o ajuizamento da execução – Obrigação assumida na vigência do Código Florestal revogado – Irrelevância da legislação mais recente – Ato jurídico perfeito - O ajuizamento de ação de usucapião, imprescindível para o cumprimento da obrigação, não impede a continuidade da execução, diante da incerteza quanto a seu resultado, mas impede a incidência da multa diária – Recurso parcialmente provido, para determinar a suspensão da multa diária a partir do ajuizamento de tal ação (Apelação 0016221-92.2012.8.26.0566, Relator(a): Souza Nery; Comarca: São Carlos; Órgão julgador: 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente; Data do julgamento: 24/10/2013; Data de registro: 29/10/2013).

Diante do exposto, rejeito os embargos à execução, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno a embargante no pagamento das custas e despesas processuais. Incabível a fixação de honorários advocatícios em favor do Ministério Público, dada a especial qualidade da parte.

Prossigam-se em seus ulteriores termos a execução.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 08 de julho de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**